

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

Bianca Monielly de Queiroz Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/ PLANDITES | E-mail bianca20231005206@alu.uern.br

Maria do Desterro Ciriaco de Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/ PLANDITES | E-mail maria20231005331@alu.uern.br

Themis Cristina Mesquita Soares

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/ PLANDITES | E-mail themissoares@uern.br

Sessão Temática 2: Desenvolvimento Regional: Políticas, escalas e ações.

Resumo: A Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR é fundamental para promover um desenvolvimento territorial equilibrado e inclusivo. Pensando nisso, o objetivo deste trabalho foi descrever como estão postas as ações da PNDR a partir do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, relatando sobre sua importância para a redução das desigualdades nacionais. Trata-se de um estudo de análise documental em que foi analisado o “Relatório de Monitoramento da PNDR e seus Instrumentos”. Identificou-se que o relatório é ferramenta de monitoramento e avaliação do desenvolvimento da PNDR no território brasileiro. Portanto, tanto o relatório quanto as ações do NIR são essenciais para a efetivação da política, que embora tenha avançado muito e traga impactos significativos ainda encontra desafios no que diz respeito à complexidade das realidades regionais. Contudo, esses desafios podem ser vistos como oportunidades para inovação e aprimoramento contínuo.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento; Desigualdade Regional.

IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL REGIONAL DEVELOPMENT POLICY: CONTRIBUTIONS TO REDUCING REGIONAL INEQUALITIES IN BRAZIL

Abstract: *The National Regional Development Policy - PNDR is fundamental to promoting balanced and inclusive territorial development. With this in mind, the objective of this work was to describe how the PNDR actions are implemented from the Ministry of Integration and Regional Development, reporting on their importance for reducing national inequalities. This is a document analysis study in which the "PNDR Monitoring Report and its Instruments" were analyzed. It was identified that the report is a tool for monitoring and evaluating the development of PNDR in Brazilian territory. Therefore, both the report and the NIR's actions are essential for the implementation of the policy, which, although it has advanced a lot and brings significant impacts, still faces challenges with regard to the complexity of regional realities. However, these challenges can be seen as opportunities for innovation and continuous improvement.*

Keywords: *Public Policies; Development; Regional Inequality.*

IMPLEMENTACIÓN DE LA POLÍTICA NACIONAL DE DESARROLLO REGIONAL: CONTRIBUCIONES A LA REDUCCIÓN DE LAS DESIGUALDADES REGIONALES EN BRASIL

Resumen: *La Política Nacional de Desarrollo Regional - PNDR es fundamental para promover un desarrollo territorial equilibrado e inclusivo. Teniendo esto en cuenta, el objetivo de este trabajo fue describir cómo se implementan las acciones del PNDR desde el Ministerio de Integración y Desarrollo Regional, informando sobre su importancia para la reducción de las desigualdades nacionales. Se trata de un estudio de análisis documental en el que se analizó el "Informe de Monitoreo del PNDR y sus Instrumentos". Se identificó que el informe es una herramienta de seguimiento y evaluación del desarrollo del PNDR en territorio brasileño. Por lo tanto, tanto el informe como las acciones del NIR son fundamentales para la implementación de la política, que si bien ha avanzado mucho y trae impactos significativos, aún enfrenta desafíos frente a la complejidad de las realidades regionales. Sin embargo, estos desafíos pueden verse como oportunidades para la innovación y la mejora continua.*

Palabras clave: *Políticas Públicas; Desarrollo; Desigualdad Regional.*

INTRODUÇÃO

A redução das desigualdades regionais é um dos grandes desafios enfrentados por países em desenvolvimento. E o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implantadas pelo Estado, em que essas decisões constituem o que se conhece como Políticas Públicas (Heidemann, 2009). A base legal dessas decisões é a própria Constituição Federal de 1988, que reconhece a redução das desigualdades regionais como um dos propósitos principais para a República Federativa do Brasil (Cavalcante, 2020).

Segundo Heidemann (2009), a política é considerada como arte de realizar um bem público, por isso o seu processo de desenvolvimento deve ser qualificado para representar um bem público. Ou seja, deve ser elaborada de acordo com as necessidades identificadas a fim de acabar com desigualdades sociais. Uma política que busca apenas o alcance de interesses próprios não é considerada como um “bem público”. Cada território deve então assegurar a garantia dos direitos através da criação de políticas. Segundo Silva (2012, p.18),

As políticas se diferem pelo âmbito de sua cobertura, a ser definida pelos gestores e organismos responsáveis, sobretudo quanto ao público a ser envolvido, os critérios de inclusão e, em alguns casos, também as localidades específicas para sua execução.

Nesse contexto, a cooperação entre agentes públicos e privados passou a ser a estratégia de desenvolvimento mais eficaz. A divisão e distribuição administrativa do país em regiões homogêneas auxilia na compreensão e apresentação de diferentes fenômenos, a fim de gerir e ampliar os serviços para resolução dos problemas. O processo de planejamento e avaliação das políticas públicas levam em conta esses fatores (Barros; Raposo, 2002; Silva, 2012).

As regiões dentro de um mesmo país frequentemente apresentam níveis desiguais de desenvolvimento. Essas desigualdades podem perpetuar ciclos de pobreza e exclusão social. Segundo Albuquerque (2017, p. 1) “O território brasileiro é marcado por profundas desigualdades regionais decorrentes de heranças históricas que demarcam seus usos e da conformação política e econômica do país”. Com a finalidade de uma busca por um desenvolvimento mais equilibrado regionalmente, reduzindo as desigualdades históricas que assolavam os diferentes contextos territoriais no Brasil, foi criada uma nova estratégia de ação pública denominada abordagem territorial de desenvolvimento, designando um novo paradigma de planejamento de políticas públicas nacionais para o país (Silva, 2012).

A concepção de política pública vai muito além das políticas governamentais que são vistas e utilizadas com frequência (Heidemann, 2009). Uma política pública também pode ser desenvolvida por outros agentes e pela comunidade. As políticas que buscam um desenvolvimento regional têm uma visão de atuação bem mais ampla e qualitativa do que

apenas a liberação de recursos financeiros para determinadas atividades (Barros e Raposo, 2002). Políticas essas que objetivam um desenvolvimento mais equilibrado e justo.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) criada em 2003 e atualizada em 2024, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, possuindo como uma de suas estratégias o enfrentamento das desigualdades regionais no Brasil. Sua elaboração ficou a cargo do Ministério da Integração Nacional, com foco em reduzir as disparidades socioeconômicas e promover o desenvolvimento de áreas historicamente menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste. A finalidade da PNDR é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população (Brasil, 2024).

A PNDR prioriza ações em regiões de menor dinamismo econômico, como áreas rurais e periferias urbanas, além de apoiar iniciativas em regiões que possuem maior potencial de crescimento, como cidades médias em expansão (Brasil, 2024). As disparidades econômicas e sociais entre diferentes regiões do Brasil resultam em desigualdade de oportunidades, precariedade de serviços públicos, migração forçada e até mesmo instabilidade social e política. Portanto, compreender o papel dessa política na mitigação dessas desigualdades é fundamental para promover um desenvolvimento territorial equilibrado e inclusivo.

A desigualdade regional não é apenas uma questão de justiça social, mas também um impedimento ao crescimento econômico sustentável. Regiões menos desenvolvidas frequentemente sofrem com infraestrutura inadequada, acesso limitado a serviços básicos, baixos níveis de educação e saúde, e oportunidades econômicas escassas. Pensando nisso, e observando que a PNDR preconiza o desenvolvimento econômico e social levando em consideração as especificidades de cada região, o objetivo deste trabalho foi descrever como estão postas as ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional a partir do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, relatando sobre sua importância para a redução das desigualdades nacionais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por sua abordagem qualitativa em que, segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), "a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo qualitativo, e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas". É um método de investigação utilizado nas ciências sociais, culturais e individuais que busca explorar as percepções, significados, experiências e interações humanas oferecendo uma visão rica e detalhada sobre o objeto de estudo.

Trata-se de um estudo de análise documental, de acordo com Gil (2002, p.45) [...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa." Este tipo de

estudo nos permitirá analisar o contexto, objetivos e implementação da política a partir de relatórios como o “Relatório de Monitoramento da PNDR e seus Instrumentos”, que é o documento principal norteador da pesquisa.

O relatório encontra-se no site do governo federal dentro da pasta de documentos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, sendo considerado uma ferramenta estratégica que serve para acompanhar, avaliar e subsidiar decisões relacionadas à implementação da PNDR. Ele permite, acompanhar as ações implementadas, identificar desafios e ajustes necessários, avaliar os impactos regionais, a transparência pública e prestação de contas, e uma base para o planejamento futuro.

A partir dessa perspectiva, o estudo é de natureza explicativa, por registrar fatos, analisá-los, interpretá-los e identificar suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica (Lakatos e Marconi, 2010).

POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Leite (2008), o conceito de território é coincidentemente conhecido como uma escala de ação em que se desenvolvem diferentes políticas públicas com objetivo de equilibragem social e territorial. É um segmento socioespacial, em que se ligam redes externas e internas, para benefícios das relações sociais que são econômicas, políticas e culturais (Saquet, 2007). No contexto das políticas públicas, o território é visto como uma unidade crucial para uma gestão eficaz, como espaço de governança, em que diferentes níveis de governo (federal, estadual, municipal) e outras instituições atuam para implementar políticas que atendam às necessidades locais.

Nas duas últimas décadas do século XX, com as transformações no cenário social e político no Brasil que procederam importantes conquistas de liberdades democráticas para a população na busca por um maior envolvimento, que surge de dois fatores. O primeiro é que o processo de descentralização resultou em uma maior relevância na operacionalização políticas públicas nacionais para os poderes administrativos regionais (estaduais e municipais), e o segundo se refere a inserção de mecanismos institucionais de participação social para a definição de ações governamentais nas três esferas administrativas (Silva, 2013)

Com isso, passa a ganhar espaço o tema das políticas públicas de desenvolvimento regional, permitindo o surgimento das políticas públicas elaboradas pelo governo federal tendo como base uma perspectiva territorial, em que foram se diversificando, modificando seus desenhos, áreas temáticas, público envolvido e recortes territoriais integrados (Silva, 2013). Porém, sem uma política de territorialização e abrangência nacional, a busca pela

territorialização de políticas muitas vezes leva a uma guerra fiscal entre os municípios e estados (Leite, 2008).

São frequentes as análises que indicam a adequação dos recortes político-administrativos à profundidade de cada realidade socioeconômica. Estudos essenciais para entender como as divisões territoriais impactam a eficácia das políticas públicas e o desenvolvimento regional. As divisões político-administrativas como distritos, estados e municípios, devem refletir as realidades socioeconômicas regionais para que as políticas públicas sejam eficazes. Se esses recortes não consideram as características específicas de cada região, as políticas podem se tornar inadequadas ou ineficientes. Nesse contexto, é de grande valia que as prefeituras dos municípios tenham autonomia para aderir a políticas ou programas adotados pelo governo federal ou do estado, como também assumir ou não determinados serviços (Rodrigues e Moscarelli, 2015).

Em que tem como ponto de partida o pacto federativo, que regula a distribuição de competências, responsabilidades e recursos entre os diferentes níveis de governo. No caso do Brasil, o pacto envolve a união, os estados e os municípios, visando assegurar a cooperação e a coordenação entre esses entes, promovendo um equilíbrio no exercício do poder e na prestação de serviços públicos (Pequeno e Macedo, 2019).

Podemos citar como exemplo os consórcios municipais, que promovem a criação e manutenção de equipamentos e serviços através do aumento de recursos humanos, financeiros e técnicos, que os municípios seriam incapazes de oferecer de maneira isolada (Rodrigues e Moscarelli, 2015). Os consórcios são associações voluntárias de municípios que se unem para alcançar objetivos comuns e resolver problemas coletivos, especialmente em áreas onde a colaboração pode aumentar a eficiência e a eficácia das políticas públicas.

Segundo Corrêa (2009) a ideia do “desenvolvimento territorial” tem se tornado um dos modos de se considerar os meios de exercício do Estado e de atores locais no combate à pobreza e na promoção de políticas de desenvolvimento no Brasil. Sendo uma abordagem integrada e estratégica para promover o desenvolvimento econômico social e ambiental de regiões específicas, levando em consideração suas particularidades e potencialidades. Visando não apenas o crescimento econômico, mas a melhoria da qualidade de vida das populações locais, redução das desigualdades regionais e a sustentabilidade ambiental.

IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Ao longo da história do Brasil a coexistência de desiguais estágios de desenvolvimento acarretou em diferenças socioeconômicas entre as regiões (Pequeno e Macedo, 2019). Algumas áreas se beneficiam de investimentos e políticas de desenvolvimento enquanto outras permanecem marginalizadas. É perceptível que desde

sempre, o Sudeste e o Sul do país possuem melhores indicadores de educação, saúde e infraestrutura, enquanto que o Norte e Nordeste apresentam déficits nesses aspectos.

As políticas públicas de desenvolvimento regional muitas vezes foram ineficazes ou insuficientes para reduzir as desigualdades brasileiras. Programas de desenvolvimento regional como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que veio para debater em torno de diferentes escalas de planejamento de políticas, tentou reduzir essas desigualdades, mas com sucesso limitado. Surgindo como forma de organização do Estado para coordenar um projeto de desenvolvimento do Nordeste, conhecido como a região com maior índice de pobreza do Brasil. (Silva, 2013). Além da SUDENE, outras políticas de desenvolvimento regionais foram implementadas a fim de reduzir as desigualdades entre as regiões.

Segundo Silva (2013), a abordagem territorial vem no sentido de planejar as políticas públicas nacionais, resultando em avanços na visão anterior de desenvolvimento que tinha como base escalas macrorregionais que formulava uma realidade complexa, como também na visão municipalista, dado que os municípios são pequenas instâncias numerosas e de estrutura precária. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE,

Um duplo processo de mudança, não só estritamente socioeconômico, mas também de natureza político-administrativa, alterou a geografia do País, gerando diferenças e desigualdades que tornaram mais complexa a leitura de seu território, aumentando, assim, a demanda por uma nova Divisão Regional do Brasil no período que vai da última década do Século XX à primeira do Século XXI (Brasil, p. 8, 2017).

Com a redemocratização na década de 1980 e a promulgação da Constituição de 1988, houve um fortalecimento do federalismo no Brasil com mais autonomia e recursos para os estados e municípios. A divisão do país em regiões imediatas e regiões intermediárias possibilitou um melhor planejamento e organização na tomada de decisões políticas (Brasil, 2017). Isso incentivou um desenvolvimento mais equilibrado em diferentes regiões do país. Portanto,

a região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas (Brasil, 2017).

De acordo com Bronzo (2010), políticas públicas para serem efetivas dependem de uma organização em que encontram-se estratégias que emanam de um poder central interligando-se a diferentes setores. Em que a coordenação das ações dependem de uma complexa transação de relações federativas, processos de aprendizagem e mediações que derivam de diferentes escalas da ação política. Embora a centralização seja crucial para a

efetividade das políticas, é igualmente importante encontrar um equilíbrio que permita a participação e a autonomia das regiões e municípios. Concedente a isso, processos de descentralização promoveram reconstituições territoriais, redefinindo papéis nas escalas de gestão territorial (Rodrigues e Moscarelli, 2015). A descentralização de algumas funções e participação ativa de atores locais podem enriquecer o processo de implementação das políticas, assegurando que elas atendam às necessidades específicas de cada região enquanto se alinham aos objetivos nacionais.

Conforme Saquet (p.76, 2007) “Os sistemas territoriais permitem assegurar a coesão de territórios e o controle de pessoas e coisas”. Eles são fundamentais para promover um desenvolvimento equilibrado, eficiente e sustentável, garantindo que todas as regiões tenham acesso a recursos e oportunidades de maneira justa e equitativa. Dessa maneira auxiliam na efetividade das políticas públicas de forma abrangente.

A exemplo das políticas regionais que buscam acompanhar visões macroeconômicas e de desenvolvimento a longo prazo. Estas garantem que as ações regionais contribuam para objetivos nacionais, criando um ambiente de desenvolvimento integrado e harmonioso, incorporando estratégias para melhorar a qualidade de vida das populações vulneráveis, proporcionando acesso a serviços essenciais como saúde, educação e habitação (Barros, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de iniciar a discussão das informações descritas, é importante apresentar a estrutura organizacional do Ministério, que é liderado pelo Ministro Técnico Agrícola Waldez Góes. O Ministério é composto por quatro secretarias nacionais: a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, a Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, e a Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros (Brasil, 2023). Cada uma dessas secretarias desempenha um papel essencial na implementação das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional e à gestão de recursos no Brasil.

Entre os programas, ações, projetos e atividades destacados na página do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, podemos mencionar: o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional, o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional, o Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu, o Desenvolve Amazônia, o Programa 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, o Programa 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre, as Ações Orçamentárias no Programa 2317 do PPA, as Ações Orçamentárias no Programa 2321 do PPA, e, por fim, a Política Nacional de Desenvolvimento

Regional (PNDR), que será o foco da nossa análise, com base nos documentos disponibilizados pelo Ministério (MIDR, 2024).

A PNDR se estabelece como um pilar central para a implementação dos demais programas e ações mencionados anteriormente. Para realizar a análise dessa política, foi identificado, dentro das interfaces do Ministério, a aba dedicada ao monitoramento e à avaliação. Segundo o levantamento realizado, esse monitoramento é conduzido pelo Núcleo de Inteligência Regional (NIR), que conta com a participação de representantes das secretarias nacionais, além das superintendências de desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco) (Brasil, 2023). Esse modelo de monitoramento integrado é essencial para acompanhar a efetividade das ações e garantir que os recursos sejam direcionados de forma eficiente e equitativa às regiões com maiores necessidades de desenvolvimento.

A partir do NIR, foi encontrado um relatório de monitoramento que aborda diversos aspectos relevantes. O primeiro ponto a ser destacado são as reuniões dos grupos temáticos do NIR. No grupo de Monitoramento e Avaliação, foram realizadas cinco reuniões durante os anos de 2023 e 2024. Como resultado dessas reuniões, foram elaboradas duas minutas: uma focada no processo de monitoramento e outra no processo de avaliação e planos. Também foi definida uma agenda de avaliação para 2024, porém, essa agenda não está presente no relatório apresentado (Brasil, 2023).

No grupo de fortalecimento institucional houveram cinco reuniões, que tiveram como objetivo desenvolver uma metodologia para a elaboração de um instrumento voltado a regulamentar o pacto de metas, este consta no relatório que foi consolidado no ato normativo que tratou sobre o tema. No grupo arranjos de financiamento, teve 2 reuniões e foi apresentado 3 objetivos, no entanto não há relato que esses objetivos tenham sido alcançados. No grupo dinâmica territorial, foram realizadas 4 reuniões que resultaram em um painel de indicadores. o painel de PNDR tem como objetivo construir um conjunto de dados, a partir do recorte territorial com foco no município. O painel busca mapear diferentes temas a partir do recorte de territórios diferentes (Brasil, 2023).

A análise do painel é baseada nos objetivos da PNDR, classificando os 5.570 municípios brasileiros conforme os indicadores definidos para cada objetivo (Brasil, 2023). Por exemplo, o objetivo 1 da PNDR visa promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e qualidade de vida entre as regiões, com foco na equidade no acesso a oportunidades em áreas com baixos indicadores socioeconômicos.

Para isso, são utilizados indicadores como o diferencial entre o salário médio no mercado formal e a mediana nacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a quantidade de profissionais de saúde por habitante em comparação à mediana nacional. A utilização de indicadores como o diferencial entre salários, IDEB e a distribuição de profissionais de saúde reflete a importância de mensurar as desigualdades sociais e de infraestrutura para identificar áreas que necessitam de atenção prioritária. Essa abordagem

é fundamental para orientar políticas públicas mais eficazes e direcionadas, que busquem promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida nas regiões mais vulneráveis.

A partir do mapa síntese, observa-se uma concentração de municípios com baixo desempenho nos três indicadores relacionados ao objetivo 1, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Norte de Minas Gerais (Brasil, 2023). Conforme destacado no relatório, essas áreas apresentam os piores índices nos indicadores que medem a convergência dos níveis de desenvolvimento e a equidade no acesso a oportunidades, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições socioeconômicas nessas regiões .

Para o objetivo 2 que visa Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País, de forma a considerar as especificidades de cada região, para esse objetivo foi elencado os seguintes indicadores; índice de Centralidade, razão entre a projeção ou estimativa de população utilizada para cálculo das cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios do ano corrente e mesmo indicador da maior cidade da UF, razão entre a massa salarial municipal e a massa salarial da maior cidade da UF. A partir da análise diante desses indicadores foi elaborado mapas que estão distribuídos dentro do relatório, com as informações distribuídas em cores, diante dessa distribuição entende-se que

percebe-se uma predominância de municípios classificados como Alto-Alto (vermelhos) na porção que se estende do Mato Grosso do Sul, cruzando toda a extensão do Centro Oeste e terminando ao norte do Estado do Pará. Ou seja, são municípios que possuem um ranqueamento médio elevado dos indicadores selecionados para análise do Objetivo 2 da PNDR e cujos municípios vizinhos também apresentam um ranqueamento médio elevado para esse objetivo, evidenciando assim uma região concentradora de indicadores, relativamente, altos em relação ao restante do país. As regiões cinzas são as maiores áreas nesse mapa (Brasil, 2023).

A relevância dessa constatação reside no fato de que a região descrita destaca-se por seu desempenho superior, refletindo uma disparidade regional que merece ser considerada nas estratégias de redução das desigualdades nacionais. Essa concentração de municípios com indicadores elevados sugere que, apesar do avanço relativo naquelas áreas, ainda persistem disparidades significativas entre as regiões do país, o que pode implicar em uma sobrecarga nos investimentos ou uma falta de diversificação das políticas públicas.

Assim, é fundamental que a PNDR, ao buscar uma integração regional, não apenas valoriza os resultados positivos dessas áreas, mas também promova políticas que incentivem a equidade entre as regiões menos favorecidas, garantindo que os benefícios do desenvolvimento se distribuam de forma mais justa e equilibrada por todo o território nacional. A PNDR, estabelece classificações com base na renda per capita

média e na taxa de variação geométrica do PIB per capita dos municípios. Em tese, essas classificações deveriam orientar a aplicação dos recursos destinados às políticas regionais no país (Cavalcante, 2020).

No que diz respeito ao terceiro objetivo que é Estimular ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração, para esse objetivo foi colocado os indicadores; Taxa de crescimento do emprego formal, Salário médio no mercado formal, taxa de variação populacional no município. Como resultados explícitos no relatório, não existe área de concentração com ranqueamento médio de altos valores nem baixos valores, existe pontos que representam municípios que possuem baixa classificação média nos indicadores e estes se encontram na região Nordeste e Norte.

E no quarto e último objetivo que é Fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais, os indicadores são: índice de especialização do emprego em atividades agrícolas, índice de especialização do emprego em mineração, coeficiente de Diversificação Econômica.

De acordo com a análise dos indicadores, percebe-se uma grande concentração de municípios classificada com um ranqueamento médio elevado dos indicadores e esses se encontram na região ocidental da região Norte, no litoral do estado do Pará e Maranhão e numa faixa média da porção semiárida do Nordeste (Brasil, 2023). Esses são alguns pontos analisados no relatório no que diz respeito aos objetivos da PNDR, o que pensamos ser um ponto positivo no que diz respeito ao monitoramento das ações e servem como exemplo de como o relatório foi elaborado. agora os pontos que serão elencados a seguir, serão de forma mais sintética e voltada não a análise minuciosa de cada ponto, mas com o intuito de avaliar o relatório enquanto instrumento avaliativo percebendo seus pontos positivos e negativos.

O relatório analisa os eixos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que abrangem áreas como desenvolvimento produtivo, difusão do conhecimento, educação e qualificação profissional, infraestrutura urbana, desenvolvimento social, fortalecimento das capacidades governativas e sustentabilidade ambiental (Brasil, 2023). Cada eixo é monitorado por indicadores específicos, como participação do setor industrial, acesso à internet e esgoto nas escolas, investimentos em ciência e tecnologia, desigualdade salarial e saúde pública, entre outros, com dados apresentados por mapas e indicadores do PNAD. Além disso, o relatório aborda os Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a distribuição de crédito público no Brasil, com destaque para os recursos do BNDES e dos fundos regionais para 2023, e os incentivos tributários relacionados ao financiamento e repasses desses recursos.

Os dados do relatório destacam as grandes desigualdades regionais no Brasil. O desenvolvimento produtivo mostra uma concentração do setor industrial e salários mais

altos no Sudeste e Sul, enquanto Norte e Nordeste enfrentam dificuldades econômicas. Na área de conhecimento e inovação, as regiões mais desenvolvidas lideram em biotecnologia e patentes, enquanto outras ainda estão atrás. A educação sofre com a falta de acesso a serviços essenciais, como esgoto e internet, especialmente nas regiões mais carentes. As infraestruturas também são deficientes, com problemas de acesso a água e serviços de saúde.

No campo social, a pobreza e a defasagem escolar são persistentes, especialmente entre jovens. A gestão pública ainda carece de servidores qualificados e sustentabilidade fiscal em muitas localidades. Ambientalmente, o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa são preocupações, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Por fim, a distribuição dos fundos constitucionais e os incentivos financeiros precisam ser mais eficientes para reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equilibrado no país.

Diante dos pontos expostos e da distribuição dos resultados apresentados no relatório, entendemos que ele é de extrema importância para o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento da PNDR no território brasileiro. Em nossa visão, tanto o relatório quanto as ações do NIR são essenciais para a efetivação da política, pois, para garantir sua efetividade, é crucial avaliar as ações, identificar os pontos positivos e negativos, e reconhecer as áreas que precisam ser aprimoradas. O relatório cumpre essa função de forma eficaz, oferecendo uma perspectiva valiosa. Como ponto a ser aprimorado, destacamos os gráficos utilizados, que poderiam ser mais dinâmicos, facilitando uma compreensão mais clara e acessível para o leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades regionais, e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), é um exemplo claro desse impacto. O sucesso de políticas como a PNDR depende de vários fatores, como a adequação dos recortes políticos-administrativos, a articulação entre os diferentes níveis de governo e a participação ativa das comunidades locais. A PNDR busca justamente integrar esses elementos para proporcionar um desenvolvimento mais homogêneo entre as diversas regiões do Brasil.

As políticas públicas que consideram as especificidades regionais, são essenciais para estimular o desenvolvimento econômico de áreas menos favorecidas. Investimentos em infraestrutura, educação, saúde e inovação tecnológica, contemplados na PNDR, são fundamentais para aumentar a competitividade das regiões e melhorar a qualidade de vida de suas populações. Quando bem planejada e executada, a política de desenvolvimento territorial tem o potencial de transformar regiões carentes em polos de crescimento, gerando

empregos, renda e promovendo a sustentabilidade ambiental, fatores cruciais para o fortalecimento dessas localidades no cenário nacional.

A redução das desigualdades regionais, um dos maiores desafios da PNDR, exige uma abordagem estratégica que combine a distribuição equitativa de recursos com a implementação de ações coordenadas entre os diversos níveis de governo. O pacto federativo e os consórcios municipais são instrumentos importantes para atender às necessidades específicas de cada região. Políticas de descentralização administrativa e fiscal, programas de transferência de renda e ações de inclusão social também desempenham um papel essencial para garantir que as regiões menos desenvolvidas tenham a oportunidade de crescer de forma sustentável e inclusiva.

Embora os benefícios das políticas públicas bem implementadas, sejam evidentes, existem desafios a serem enfrentados, como a complexidade das realidades regionais, a necessidade de dados precisos e atualizados e os possíveis conflitos de interesse entre diferentes esferas de governo. Contudo, esses desafios podem ser vistos como oportunidades para inovação e aprimoramento contínuo. Fomentar uma cultura de cooperação, transparência e participação, características essenciais, pode fortalecer as instituições públicas e garantir a continuidade e sustentabilidade das iniciativas de desenvolvimento regional, promovendo um futuro mais equilibrado para todas as regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de et al. Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1055-1064, 2017.

BARROS, Alexandre Rands; RAPOSO, Isabel. Algumas Experiências Internacionais Recentes de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 33, n. 4, out-dez. 2002.

BRASIL. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias : 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia- Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

BRASIL. Ministério da Integração. Diário Oficial da União. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional é atualizada com participação social**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-e-atualizada-com-participacao-social> . Acesso em: 20/11/2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Relatório de Monitoramento da PNDR e seus Instrumentos. Núcleo de Inteligência Regional. Brasília 2023.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. Planejamento e políticas públicas, Brasília, n. 35, dez. 2010.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Abrangência geográfica das políticas de desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, 2020.

CORRÊA, Vanessa P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. Boletim regional, urbano e ambiental, Brasília, n. 3, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, Sérgio P. et al. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: IICA. Articulação de políticas públicas e atores sociais. Brasília: IICA, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. **Expressão Popular**. 1. ed. São Paulo, 2007.

SILVA, Sandro Pereira. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil**. Texto para Discussão, 1898, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013.

HEIDEMANN, F.G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. UNB. 2009.

PEQUENO, Rosângela dos Santos Alves; MACEDO, Fernando César. **O Pacto Federativo Brasileiro: Uma Reflexão teórica de sua Trajetória e suas Implicações no Desenvolvimento Regional**. Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais. Santa Cruz do Sul/RS, 2019.

RODRIGUES, Juliana Nunes; MOSCARELLI, Fernanda. Os desafios do Pacto Federativo e da Gestão Territorial Compartilhada na Condução das Políticas Públicas Brasileiras. **GeoTextos**, vol. 11, n. 1, 2015.